

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.583.701 - SP (2019/0274866-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : PAULO ERMES LUZIA  
**ADVOGADO** : JOÃO SIMÃO NETO - SP047401  
**AGRAVADO** : MARINA TRONCO DE OLIVEIRA  
**AGRAVADO** : ZEO PAULO COLOMBO  
**AGRAVADO** : SUELI DE SOUZA COLOMBO  
**AGRAVADO** : ELVIS ELIAS LOBO DA SILVA  
**AGRAVADO** : MARTA HELENA CAMPOS LOBO DA SILVA  
**AGRAVADO** : PEDRO MESSIAS DE OLIVEIRA  
**AGRAVADO** : JULIANA CAMPOS LOBO DA SILVA - ESPÓLIO  
**ADVOGADO** : ALBERTO MARINHO COCO - SP223257

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. 1. EXORBITÂNCIA DA INDENIZAÇÃO FIXADA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. 2. PROVA EMPRESTADA. DEVIDA OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO. SÚMULA 83/STJ. 3. PLEITO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. HIPOSSUFICIÊNCIA AFASTADA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

**DECISÃO**

Na origem, trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais ajuizada em desfavor de PAULO ERMES LUZIA, em razão de acidente rodoviário que resultou no óbito de 3 (três) vítimas.

O pedido foi julgado parcialmente procedente pelo magistrado singular.

Interposta apelação pelo réu, a Trigesima Câmara da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou provimento à insurgência, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 827):

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS MOVIDA PELOS PAIS DE VÍTIMAS FATAIS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - CULPA EXCLUSIVA DO RÉU NO EVENTO ~ RECONHECIMENTO - INDENIZAÇÃO POR

DANOS MORAIS ARBITRADA EM QUANTIA RAZOÁVEL E  
PROPORCIONAL ÀS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS -  
REDUÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - SUCUMBÊNCIA TOTAL  
DO RÉU - HONORÁRIOS A D VOCA TÍCIOS DEVIDOS SEM  
COMPENSAÇÃO  
APELAÇÃO DESPROVIDA

Inconformado, o apelante interpôs recurso especial, cujo processamento foi inadmitido na origem (e-STJ, fls. 854-918).

Contra a decisão de inadmissibilidade (e-STJ, fls. 995-997) o réu interpôs o Agravo em Recurso Especial n. 1.246.344/SP, que foi conhecido por esta relatoria para conhecer do recurso especial e dar-lhe parcial provimento com o fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para que proferisse novo julgamento dos embargos declaratórios, sanando a omissão relativa à ausência de manifestação sobre a assistência judiciária gratuita e à utilização de prova emprestada (e-STJ, fls. 1.025-1.028).

Após, a Corte local proferiu novo julgamento dos aclaratórios, que foram acolhidos sem alteração do julgado, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 1.381):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INICIALMENTE  
REJEITADOS - DETERMINAÇÃO DE NOVO JULGAMENTO  
EM RAZÃO DO PROVIMENTO DE RECURSO ESPECIAL  
INTERPOSTO PELOS EMBARGADOS - NECESSIDADE DE  
ANÁLISE DAS QUESTÕES QUE SE RECONHECEU NÃO  
TEREM SIDO APRECIADAS EM SEDE DE JULGAMENTO  
DOS ANTERIORES EMBARGOS - SUPRESSÃO DAS  
OMISSÕES - NÃO ATRIBUIÇÃO, CONTUDO, DE EFEITO  
MODIFICATIVO AO JULGADO EMBARGOS ACOLHIDOS  
SEM ALTERAÇÃO DO JULGADO

Contra tal *decisum* PAULO ERMES LUZIA interpôs recurso especial (e-STJ, fls. 1.391-1.455) fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, apontando, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts: i) 333, II, do CPC/1973; ii) 4º e 6º da Lei 1.060/1950; iii) 98 e 99 do CPC/2015.

Sustentou, em síntese: i) a existência de vício na produção probatória, diante da utilização de prova emprestada, produzida na fase inquisitiva e não submetida ao crivo do contraditório judicial; ii) a exorbitância dos valores fixados a título de danos morais, por serem incompatíveis com a sua situação financeira; iii) possuir direito à concessão da

gratuidade de Justiça.

Contrarrazões às fls. 1.530-1.537 (e-STJ).

O Tribunal de origem não admitiu o processamento do recurso especial, ensejando a interposição do presente agravo.

Contraminuta às fls. 1.559-1.563 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, faz-se necessário consignar que o recorrente não apontou o dispositivo tido por violado a fim de viabilizar o conhecimento da insurgência, no ponto relativo à exorbitância dos valores fixados a título de danos morais, providência obrigatória inclusive para os reclamos interpostos pela alínea *c* do permissivo constitucional.

Dessa forma, constata-se que a argumentação apresentada no recurso mostra-se deficiente, atraindo, assim, a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

É importante ponderar que o recurso especial é de natureza vinculada e, para o seu cabimento, é imprescindível que se demonstrem de forma clara os dispositivos apontados como malferidos ou interpretados distintamente de outro tribunal pela decisão recorrida, sob pena de inadmissão.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.  
[...]

3. Com relação ao dissídio jurisprudencial, a divergência deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles.

4. Ainda quanto à divergência jurisprudencial, segundo a firme jurisprudência assentada neste Superior Tribunal, a interposição do Recurso Especial com fundamento na alínea "c" não dispensa a indicação do dispositivo de lei federal ao qual o Tribunal de origem tenha dado interpretação divergente daquela firmada por outros

tribunais. O não cumprimento de tal requisito, como no caso, importa deficiência de fundamentação, atraindo também a incidência do contido no enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

[...]

6. Agravo Interno não provido (AgInt no AREsp 839.897/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 01/02/2017)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO ARTIGO VIOLADO. SÚMULA Nº 284 DO STF. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA DOS AUTOS. SÚMULA 07 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O conhecimento do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige, além da demonstração analítica do dissídio jurisprudencial, a indicação dos dispositivos supostamente violados ou objeto de interpretação divergente. Súmula 284 do STF.

[...]

3. Agravo interno não provido (AgInt no REsp 1610194/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 02/02/2017)

Acerca das demais questões veiculadas nas razões do apelo especial, assim se manifestou a Corte de origem no julgamento dos embargos declaratórios (e-STJ, fls. 1.382-1.384 - sem grifos no original):

O ora embargante é réu em ação de responsabilidade civil por acidente de trânsito, proposta por três casais em razão do falecimento de seus respectivos filhos.

**Rejeitado seu pleito de concessão de justiça gratuita em primeiro grau de jurisdição, o embargante, ao recorrer da condenação imposta, voltou a reclamar o benefício em preliminar recursal, o qual foi indeferido mediante o fundamento de ter ele recolhido o preparo recursal, no significativo valor de R\$ 6.340,23. Ora, quem paga tal quantia para recorrer demonstra capacidade econômica incompatível com o benefício reclamado. Importante observar que a gratuidade destina-se àquele cujas condições de sobrevivência possam ser afetadas em razão de gastos com a demanda. O embargante não só desembolsou quantia significativa para o preparo do recurso, ensejando presunção hominis de capacidade econômico, como também deixou de trazer elementos fáticos de convicção que pudessem derruir a presunção, não passando de mera alegação sem prova a assertiva de ter pago o preparo com recursos de seu pai e amigos.**

**Ainda que assim não fosse, o requerente tem formação superior como engenheiro de produção e se qualifica como**

**empresário rural. Segundo se extrai de cópias de seu processo de divórcio, o embargante é proprietário de imóvel que aluga para uma clínica, possui lancha, vacas e bezerros, além de casa própria ( vide fls.9/15 do apenso do Iº vol.), ostentando condição econômica que o distancia bastante daqueles para os quais o benefício da gratuidade foi criado.**

II - Utilização de prova emprestada.

**Alega o embargante ser nula a decisão condenatória, porquanto fundada em prova emprestada, de cuja produção não teve oportunidade de participar, em clara violação ao princípio do contraditório.**

A prova emprestada referida constitui em laudo pericial produzido pela polícia científica de Marília, a partir de requisição feita pela autoridade policial no âmbito inquérito instaurado para apuração dos fatos. **Cuida-se, portanto, de prova produzida para instruir procedimento criminal deduzido contra o ora embargante, vale dizer, prova feita no âmbito ação penal instaurada contra o próprio embargante. Em assim sendo, não se há falar em violação do contraditório se a prova trazida aos autos é emprestada de outro processo no qual o embargante foi parte. Ora, tendo o embargante participado do processo em que a prova foi originariamente produzida, no qual lhe foi garantida a observância do princípio do contraditório, não se há falar em impossibilidade de utilização em empréstimo da prova por violação do contraditório.**

Acresça-se, ainda, ser perfeitamente possível trazer para um processo laudo pericial elaborado em outro feito. Há de se exigir, para a admissibilidade da prova emprestada, a observância do princípio do contraditório, de modo a garantir à parte o direito de submeter a prova emprestada ao pleno juízo crítico e avaliativo, franqueando-lhe oportunidade para questionar suas conclusões e, se o desejar, produzir eventual contraprova.

Eis o sentido da necessidade de respeito ao contraditório, plenamente observado no caso presente.

No que tange ao alegado vício na produção probatória, verifica-se, da leitura do excerto transcrito, que o Colegiado local destacou que houve a devida observância ao princípio do contraditório, sendo assegurada ao agravante a participação no processo "em que a prova foi originariamente produzida, no qual lhe foi garantida a observância do princípio do contraditório, não se há falar em impossibilidade de utilização em empréstimo da prova por violação do contraditório" (e-STJ, fls. 1.383-1.384).

Com efeito, é assente o entendimento desta Corte Superior sobre a admissibilidade de prova emprestada, uma vez observado o devido contraditório, ainda que as partes não tenham participado do feito para o qual a prova será trasladada (EREsp n.

617.428/SP, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, DJe de 17/6/2014).

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO POR DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PROVA EMPRESTADA. OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO. REDIMENSIONAMENTO DA VERBA HONORÁRIA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF. DECISÃO MANTIDA.

[...]

2. Esta Corte entende que "independentemente de haver identidade de partes, o contraditório é o requisito primordial para o aproveitamento da prova emprestada, de maneira que, assegurado às partes o contraditório sobre a prova, isto é, o direito de se insurgir contra a prova e de refutá-la adequadamente, afigura-se válido o empréstimo" (EREsp n. 617.428/SP, rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 4/6/2014, DJe 17/6/2014).

[...]

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 972.929/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 30/05/2019)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/1973) - AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DOS AGRAVANTES.

[...]

2. "É pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça quanto à legalidade da prova emprestada, quando esta foi produzida com respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa." (AgRg no AREsp 426.343/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/03/2014, DJe 18/03/2014).

3. O magistrado tem liberdade para a apreciação da prova segundo a necessidade do caso, impondo-se a ele, tão-somente, a exposição dos motivos formadores do seu convencimento. O questionamento acerca da adequação desse juízo avaliatório esbarra no óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 375.629/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 09/02/2017)

RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR

DANOS MORAIS E MATERIAIS. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. REVISÃO DO JULGADO. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ. SÚMULA Nº 282/STF. PROVA EMPRESTADA NÃO DETERMINANTE PARA O JULGAMENTO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. MASSA FALIDA. CAPACIDADE DE SER PARTE APÓS A QUEBRA. REPRESENTAÇÃO. SÍNDICO. PRINCÍPIO DA ESTABILIZAÇÃO DO PROCESSO. ALTERAÇÃO SUBJETIVA APÓS A CITAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA Nº 283/STF. RESPONSABILIDADE CIVIL. REQUISITOS. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.

[...]

7. Segundo a jurisprudência desta Corte, não há falar em ilegalidade da prova emprestada quando respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

[...]

14. Recursos especiais parcialmente conhecidos e, na parte conhecida, não providos.

(REsp 1323353/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/12/2014, DJe 15/12/2014)

Incidência, no ponto, do Enunciado n. 83 desta Corte Superior.

Nesse contexto, não há como alterar o entendimento a que chegou a Corte local, sem que se proceda ao revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, em razão da incidência da Súmula 7 deste Tribunal Superior.

Confiram-se:

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. VIOLAÇÃO. POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL. RECEBIMENTO DE PROPINA E REPASSE DE INFORMAÇÕES A RESPEITO DA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS. FATO GRAVÍSSIMO. DOSIMETRIA. DESPROPORCIONALIDADE. AGRAVAMENTO.

[...]

2. Por força da Súmula 7 do STJ, o recurso especial não pode ser conhecido quanto às alegações de cerceamento de defesa, violação ao devido processo legal e ilegalidade da interceptação telefônica

realizada em ação penal e utilizada como prova emprestada na ação de improbidade. [...]

8. Recurso especial de N.M.M.R parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Apelo excepcional do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL parcialmente provido para somar à multa civil a pena de perda do cargo público.

(REsp 1556140/SE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 02/02/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE PROVA ILÍCITA. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

(AgRg no AREsp 514.370/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/04/2016, DJe 26/04/2016)

O mesmo óbice sumular incide quanto à pleiteada concessão da gratuidade de Justiça. Reverter a conclusão delineada pelo Tribunal local, para acolher a pretensão recursal quanto à existência de hipossuficiência, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra impossível ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, conheço do agravo conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor dos advogados de cada parte recorrida, em 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da condenação.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator